

Hoje como então...

Agradeço à Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras a oportunidade que me deu de prefaciar o excelente trabalho que a Dr^a Célia Reis dedicou à história da “nossa” tão benemérita instituição.

A comprovada capacidade da Autora mais uma vez se evidencia. Foi trabalho aplicado e rigoroso, sempre ligado às fontes e certo na localização e interpretação dos factos. Dispomos a partir de agora da informação mais segura sobre uma das instituições estruturais da sociedade torriense, de 1520 a 1975, ou seja, do período manuelino ao atual regime.

Quem diz “período manuelino”, refere já a modernidade, no que esta trouxe de centralização progressiva da vida social, política e cultural, incluindo nesta última nota a representação simbólica e a fundamentação anímica do que se fazia ou projetava.

Assim aconteceu com as Misericórdias portuguesas, fundadas no final do século XV e agremiando pequenas instituições anteriores, do mesmo tipo sociocaritativo. Em Torres Vedras, como noutras terras, a principal base foi o antigo hospital do Espírito Santo, provindo da aspiração tardo-medieval a uma idade nova de fraternidade plena, que a Terceira Pessoa da Trindade Divina finalmente traria.

Motivações profundas, como se nota. Mas concretizadas, em práticas precisas de serviço ao próximo e especialmente aos pobres. Tão profundas e tão concretas, que nunca deixaram de estar presentes, de modo mais ou menos patente.

Lendo este livro, página a página, reparamos certamente nas diferenças de vivência e representação. Desde a exigência confessional estrita dos primeiros séculos, ao seu esbatimento do século XIX para o XX, e à recuperação contemporânea da natureza católica sui generis da instituição – no contexto geral das Misericórdias portuguesas -, acompanhamos o que foi também a evolução da religiosidade europeia, reforçando a subjetividade da escolha e diminuindo a predeterminação social da crença.

Subjetividade, mas não subjetivismo. Este recolhe-se no que cada um queira e quando queira, sinta ou deixe de sentir. Aquela, remete para a consciência, sempre desafiada por uma realidade a que não pode nem quer fugir. E a realidade, evangelicamente tomada, nunca desliga a relação com Deus da relação com os outros, nas suas necessidades mais prementes.

Porque as liam ou ouviam, mesmo que resumidas ou diluídas nalguns espíritos mais laicizados, as gerações sucessivas de irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras tinham certamente interiorizadas estas palavras de Cristo, que de algum modo sintetizam tudo o que é especificamente cristão e católico no conjunto geral da religiosidade humana, como finalidade da vida e meio da atingir: «Vinde benditos de meu Pai! Recebei em herança o Reino que vos está preparado desde a criação do mundo. Porque tive fome e destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era peregrino e recolhestes-me, estava nu e destes-me que vestir, adoeci e visitastes-me, estive na prisão e fostes ter comigo. [...] Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes» (Evangelho segundo São Mateus 25, 34 ss).

Foi também na mesma linha de pensamento e ação, tão essenciais às nossas Santas Casas, que o Papa Bento XVI definiu no número 31 da sua encíclica Deus Caritas est, “os elementos constitutivos que formam a essência da caridade cristã e eclesial”, baseados na parábola do Bom Samaritano. São eles: 1º) a resposta à necessidade imediata de quem precisa de ajuda; 2º) uma resposta independente de qualquer estratégia ideológica ou partidária; 3º) e que por isso mesmo é gratuita, pois o amor autêntico não é realizado para alcançar outros fins.

Ao concluir o seu trabalho, Célia Reis deixa-nos estas palavras elucidativas: «Em suma, a história da Misericórdia de Torres Vedras é um exemplo de evolução das instituições que desde o século XV se alargaram a todo o Portugal, acompanhando os necessitados nas suas diversas valências. Ultrapassaram fases muito diversas, devidas à sua vida interna ou às imposições externas; atravessaram etapas religiosas, épocas económicas e sociais, regimes políticos diferenciados e chegaram ao presente mantendo o espírito que as criou» (p. 167).

Corroboro inteiramente a afirmação, lembrando o “espírito” com que D. Manuel I a mandou criar: «que Nós vos temos escrito [...] que na dita vila ordenásseis a Confraria da Misericórdia por ser coisa em que muito se serve Nosso Senhor e porque a gente dessa terra não é tão rica para que façam as esmolas que a dita confraria para o cumprimento das ditas obras de misericórdia há mister» (cf. p. 23). Querendo dizer que se cumpriria melhor em confraria o que cada um não conseguia fazer por si: servir a Deus no serviço dos pobres. Hoje como então.

O Cardeal Patriarca de Lisboa
D. Manuel Clemente